



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 01/07/2026

BREVES COMUNICAÇÕES

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada reafirmou o compromisso com a memória, a produção intelectual, a cultura e a vida das mulheres brasileiras, celebrando o Seminário Pretas Acadêmicas em Curitiba e o lançamento do Mafro Paraná, que valorizou a presença negra na história do Estado. Além disso, pediu urgência para o Projeto de Lei nº 896, de 2023, que criminaliza a misoginia, e defendeu a medida como instrumento de proteção às mulheres, de enfrentamento ao feminicídio, à violência política de gênero e aos ataques nas redes, em favor de uma democracia antirracista e igualitária.

Raniery Paulino (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado registrou a presença do jornalista Sérgio Botelho Junior, editor-chefe da revista *Imagina Acredite*, e homenageou a publicação pelos sete anos de circulação e pela função social exercida no País. Além disso, mencionou a comemoração recente do aniversário da revista e destacou a capa da edição, com foto da jornalista Mônica Donato, da Câmara dos Deputados.

Marangoni (PODE - SP) - O Deputado criticou a atuação da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), acusando o órgão de omissão na fiscalização de denúncias envolvendo a empresa *Advice Health*, responsável por serviços de auditoria médica para operadoras de planos de saúde. Relatou que as denúncias indicam um modelo que priorizaria interesses econômicos em detrimento da assistência aos pacientes, afetando milhões de beneficiários. Afirmou ainda ter protocolado requerimentos de informação e um pedido cautelar para apuração dos fatos e eventual interdição das atividades da empresa, cobrando transparência, responsabilização e medidas efetivas da agência reguladora. Por fim, defendeu que a ANS cumpra sua função institucional de proteger os usuários dos planos de saúde, sustentando que falhas de fiscalização podem colocar vidas em risco.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada afirmou que a Copa do Mundo da FIFA representa um momento de integração entre os povos e celebrou o clima de entusiasmo gerado pelo torneio no Brasil. No entanto, manifestou preocupação com relatos de discriminação, xenofobia e racismo envolvendo árbitros, jogadores, delegações e profissionais de imprensa durante a competição, citando casos de restrições impostas a representantes da Somália, Iraque, Irã e Senegal, além da jornalista brasileira Karine Alves. Criticou também a atuação da FIFA, por considerar insuficiente sua resposta diante desses episódios, e defendeu que a Copa do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

Mundo deve preservar os princípios de respeito, igualdade e integração entre os povos, sem espaço para discriminação por nacionalidade, origem ou etnia.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado acusou o Líder do PL na Câmara, Sóstenes Cavalcante, de apresentar justificativas inconsistentes sobre a origem de mais de R\$ 400 mil apreendidos em uma investigação da Polícia Federal. Afirmou que a alegação de que os recursos seriam provenientes da venda de um imóvel teria sido enfraquecida pela ausência inicial da escritura pública e por informações de que o suposto comprador não teria movimentações financeiras compatíveis com a transação. Relatou ainda ter acionado a Corregedoria da Câmara para apurar o caso e cobrou esclarecimentos sobre a origem dos valores, levantando questionamentos sobre possíveis irregularidades relacionadas aos recursos encontrados.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado criticou a perda do poder de compra da população brasileira, afirmando que a inflação dos alimentos e a redução do patrimônio das famílias dificultam o acesso a itens básicos e comprometem a qualidade de vida. Ao relatar o caso de um casal de idosos que precisou substituir uma refeição por salgadinhos devido aos preços elevados, atribuiu a situação à política econômica do Governo Federal. Também comparou indicadores patrimoniais do Brasil com os de outros países, defendeu maior valorização do trabalho e criticou propostas de redução da jornada de trabalho sem redução salarial, argumentando que medidas dessa natureza restringiriam oportunidades de emprego e contribuiriam para o aumento da dependência de programas assistenciais e do endividamento público.

Heitor Schuch (PSD - RS) - O Deputado comemorou o acordo entre as lideranças partidárias da Câmara para votar o Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, que trata da renegociação das dívidas de agricultores afetados por estiagens e calamidades, especialmente na Região Sul. Destacou que a medida é aguardada pelo setor agropecuário e defendeu que sua aprovação fortalecerá o Plano Safra, proporcionando melhores condições para que os produtores rurais mantenham suas atividades e continuem abastecendo o mercado interno e as exportações. Ao final, reafirmou o apoio de sua bancada à proposta e conclamou os demais Deputados a votarem favoravelmente ao projeto.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado criticou Flávio Bolsonaro por ter colocado a soberania nacional em risco ao prometer a Trump uma equipe de transição ao Governo dos Estados Unidos, o que classificou como deslealdade à Pátria. Além disso, defendeu o fim da escala seis por um e a redução da jornada de 44 para 40 horas sem corte salarial, argumentando que a medida ampliaria o descanso, a convivência familiar e a produtividade. Por fim, cobrou que o Senado vote a proposta antes das eleições e destacou ações do Governo Lula em favor dos trabalhadores.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado manifestou solidariedade ao ex-Prefeito de Rosário (MA) e pré-candidato a Deputado Federal Calvet Filho, afirmando que ele estaria sendo alvo de perseguição política promovida pelo atual Prefeito do Município. Destacou que a condenação de Calvet Filho por discriminação racial, preconceito de raça, cor, etnia e religião teria ocorrido de forma acelerada em razão de suposta influência exercida sobre o Judiciário maranhense. Informou também que pretende recorrer da decisão nas instâncias superiores e representar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), alegando uso indevido da estrutura do Judiciário para perseguir adversários políticos. Ao final, reafirmou apoio à pré-candidatura de Calvet Filho e declarou confiança de que ele disputará e vencerá as próximas eleições.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado criticou a cobrança de uma taxa para acesso à Ilha Grande, classificando a medida como uma privatização indevida do acesso à ilha. Relatou que a iniciativa da Prefeitura de Angra dos Reis (RJ) impõe uma cobrança abusiva aos visitantes e moradores, prejudicando o turismo e a população local. Questionou ainda a participação de uma empresa privada na operação, alegando ausência de licitação e possíveis irregularidades, e defendeu o encerramento imediato da cobrança, em apoio às reivindicações de moradores de Ilha Grande, Angra dos Reis e Mangaratiba.

Ilacir Bicalho (REPUBLICANOS - MG) - O Deputado destacou a necessidade de mais investimentos para o Município de Santa Luzia, defendendo melhorias em infraestrutura e maior atenção do poder público às demandas da população local. Além disso, prestou homenagem às mulheres brasileiras, ressaltando sua crescente participação em diversas áreas profissionais e defendendo o combate à violência de gênero e ao feminicídio. Em especial, enalteceu a nomeação da Coronel Cleide Barcelos dos Reis Rodrigues como a primeira mulher a comandar a Polícia Militar de Minas Gerais, além de mencionar a liderança feminina no Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais e na Polícia Civil de Minas Gerais como exemplos do avanço das mulheres em cargos de destaque na segurança pública.

Tabata Amaral (PSB - SP) - A Deputada defendeu que o debate político priorize soluções para os problemas cotidianos da população, destacando iniciativas como o programa Pé-de-Meia, que contribui para reduzir a evasão escolar entre jovens de baixa renda. Afirmou que sua atuação está voltada à construção de consensos e à aprovação de leis com impacto social, citando medidas relacionadas à dignidade menstrual, à ampliação da licença-paternidade, à participação de mulheres em conselhos de empresas e à valorização da história das mulheres na educação. Em seguida, concentrou sua fala na defesa do projeto que criminaliza a misoginia, argumentando que o ódio contra as mulheres, disseminado inclusive nas redes sociais, alimenta a violência de gênero e o feminicídio. Como relatora da proposta, conclamou os Parlamentares a apoiarem a urgência e a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

aprovação do texto, defendendo uma resposta legislativa ampla e suprapartidária para o enfrentamento da violência contra as mulheres.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado comentou a repercussão de manchete sobre Flávio Bolsonaro e Michelle, afirmou que o Senador negou ter participado da festa de Vorcaro e relacionou essa negativa a outra resposta dada sobre pedido de dinheiro ao empresário. Além disso, sustentou que as ligações de Flávio Bolsonaro com Vorcaro vinham sendo expostas e que a situação política do Senador se complicava.

Ismael (PL - SC) - O Deputado afirmou apoiar o combate à violência contra a mulher, porém manifestou preocupação com o Projeto de Lei nº 896, de 2023, por entender que a redação sobre “ofensa à dignidade da mulher” poderia gerar insegurança jurídica e atingir a liberdade de expressão, religiosa, de consciência e de cátedra. Além disso, sustentou que ameaças, injúria, difamação e feminicídio já tinham tipificação própria e defendeu uma política nacional de prevenção, acolhimento, dados confiáveis e aplicação efetiva das leis vigentes, em busca de consenso razoável.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada defendeu a valorização do trabalho ao destacar medidas anunciadas pelo Governo Federal para ampliar o acesso ao crédito e reduzir os juros, mas afirmou que a melhoria das condições de trabalho exigia o fim da jornada 6 por 1. Além disso, argumentou que a ampliação do período de descanso proporcionaria mais qualidade de vida, fortalecimento dos vínculos familiares e aumento da produtividade, beneficiando trabalhadores e empregadores. Por fim, apelou ao Presidente do Senado Federal para colocar em votação a Proposta de Emenda à Constituição nº 221, de 2019, que trata do fim da escala 6 por 1, enfatizando que os trabalhadores estavam exaustos e necessitavam de dois dias de descanso semanal.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado apresentou Luiz Filho como pré-candidato a Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro e elogiou o trabalho social desenvolvido no projeto Bolsão Social RJ, que recuperou mais de dez mil jovens da criminalidade e os encaminhou ao mercado de trabalho. Além disso, destacou que a iniciativa não utilizava recursos públicos, mas parcerias com o setor privado, e afirmou esperar que o eleitorado fluminense o leve à Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro para atuar em favor da juventude e da dignidade dos jovens do Estado.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada reforçou a necessidade de aprovar a urgência do projeto de lei contra a misoginia no Brasil, lembrando o compromisso assumido pelo Presidente Hugo Motta com a Bancada Feminina para votar a proposta antes das eleições. Além disso, relacionou a violência contra as mulheres à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

atuação de grupos e discursos estimulados nas redes sociais, como os redpills, e citou mobilizações do movimento de mulheres em todo o País. Por fim, pediu avanço na urgência e no mérito da matéria para garantir proteção às mulheres brasileiras.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado registrou a aprovação da redação final do Projeto de Lei nº 1.214, de 2019, que fixa a jornada de até 30 horas semanais para psicólogos e psicólogas em todo o País. Além disso, valorizou a mobilização do Conselho Federal, dos Conselhos Estaduais e dos sindicatos, e afirmou que a medida representava reconhecimento à importância crescente da psicologia para a saúde. Por fim, cobrou do Senado a aprovação da matéria.

Raniery Paulino (REPUBLICANOS - PB) - O Deputado defendeu a criação da Universidade Federal do Brejo, em Guarabira (PB), e informou ter renovado o pleito ao Ministério da Educação, além de pretender reforçá-lo em reunião com o Ministro Leonardo Barchini. Também ofereceu o Hospital Regional Antônio Paulino Filho como base de apoio para cursos da área da saúde, especialmente Medicina e Enfermagem, e destacou a vocação educacional e econômica de Guarabira (PB). Ademais, lembrou sua atuação em favor da Universidade Estadual da Paraíba e do Instituto Federal da Paraíba, argumentando que a nova universidade ampliaria o acesso ao ensino superior, fortaleceria o SUS e impulsionaria o desenvolvimento regional.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado afirmou que as investigações sobre o suposto uso de recursos do Banco Master no financiamento de filme ligado ao ex-Presidente Jair Bolsonaro seguiriam normalmente sob relatoria do Ministro André Mendonça, cuja postura era adequada para dar transparência ao caso. Além disso, defendeu apuração sem seletividade, com investigação de aliados de Lula e de Bolsonaro, e questionou a origem e a destinação de valores mencionados no episódio. Por fim, sustentou que Michelle Bolsonaro sofria ataques do próprio clã Bolsonaro, que buscava esvaziar sua projeção política no campo da Direita.

Paulo Soares (PODE - SP) - O Deputado afirmou que o combate à corrupção exigia instrumentos práticos e informou ter protocolado o Projeto de Lei nº 3.374, de 2026, voltado a punir a corrupção sistêmica com responsabilização de agentes públicos, assessores e fiscalizadores, além de penas de até vinte anos de reclusão. Também defendeu apuração de suspeitas envolvendo escândalos como Banco Master, INSS e orçamento secreto. Ademais, anunciou a apresentação do Projeto de Lei nº 3.375, de 2026, sobre compensação ambiental, ligado à despoluição do Rio Tietê, e pediu apoio dos Deputados para o avanço das propostas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado afirmou que o Brasil enfrentava grave problema com as apostas *on-line* e os jogos de azar, apontando endividamento, dependência psicológica, isolamento social e danos às famílias, sobretudo entre jovens, adolescentes e até crianças. Além disso, defendeu o Projeto de Lei nº 1.808, de 2026, apresentado pela bancada do PT para acabar com as *bets* no País e cobrou debate responsável sobre a regulação das redes sociais, sem confundir essa medida com restrição à liberdade de expressão, para coibir crimes no ambiente virtual.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado informou que a Polícia Federal abriu inquérito para apurar o uso de dinheiro público em filme de propaganda do ex-Presidente Jair Bolsonaro, inclusive a possível destinação de emendas parlamentares à produção. Além disso, afirmou que emendas não poderiam servir à promoção pessoal e associou alguns suspeitos da investigação a Parlamentares já cassados, condenados ou envolvidos na tentativa de golpe, classificando o caso como grave.

Carla Dickson (PL - RN) - A Deputada defendeu a aprovação urgente do Projeto de Lei nº 1.520, de 2025, o chamado PL AMA, que concede auxílio financeiro e apoio psicossocial para mães atípicas, independentemente do Benefício da Prestação Continuada (BPC). Além disso, enalteceu o trabalho do Instituto Dente de Leão, em Curitiba (PR), e afirmou que famílias com crianças neurodivergentes enfrentam perda de trabalho, sobrecarga emocional e falta de atendimento adequado. Por fim, cobrou sensibilidade da Presidência da Câmara e apoio para a votação da urgência e do mérito da proposta.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado criticou a regulamentação das *bets* e afirmou que votou contra o Projeto de Lei nº 3.626, de 2023, que dispôs sobre a modalidade de loteria denominada apostas de quota fixa, disciplinou a exploração comercial da atividade e alterou a legislação correlata. Além disso, atribuiu ao Governo Federal a iniciativa da proposta e alertou para o endividamento de famílias em decorrência das apostas. Também relatou que recusou oferta para divulgar plataformas de apostas em suas redes sociais e orientou pessoas com dependência em jogos a buscar ajuda profissional. Por fim, defendeu medidas para desestimular a prática e afirmou que as apostas provocaram prejuízos financeiros e sociais.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada parabenizou o Deputado Sargento Fahur e criticou a mudança de posição da Esquerda e do Governo Lula sobre as *bets*, afirmando que o tema foi trazido pelo próprio grupo e que a regulamentação buscou arrecadação. Além disso, apontou incoerência de Parlamentares que se declararam contrários, mas não votaram contra a matéria, e sustentou que o PT apoiou a proposta, enquanto PL e ela própria votaram contra.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado afirmou que a autorização das *bets* no País ocorreu no Governo Temer, após o *impeachment* da Presidenta Dilma, e que o Governo Bolsonaro não adotou medidas para conter a atividade. Além disso, disse que o Presidente Lula buscou regulamentar o setor e elevar a taxaço de 12% para 18%, mas que a extrema Direita teria barrado a proposta por interesse em manter o jogo sem imposto.

Messias Donato (UNIÃO - ES) - O Deputado afirmou que a regulamentação das apostas de quota fixa ocorreu com apoio parlamentar à proposta encaminhada pelo Governo Federal e atribuiu ao Executivo responsabilidade pelos impactos decorrentes da medida. Além disso, mencionou que famílias, trabalhadores e líderes religiosos enfrentaram prejuízos financeiros relacionados às apostas e sustentou que pessoas de menor renda sofreram consequências mais severas diante das perdas. Por fim, declarou que cidadãos afetados pela atividade deveriam cobrar do Governo Federal respostas para os problemas decorrentes da regulamentação das apostas.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado criticou a expansão das apostas esportivas e alertou para os prejuízos sociais provocados pela disseminação da jogatina entre as famílias. Além disso, repudiou declarações atribuídas a Paulo Figueiredo sobre o papel das mulheres na política, ao classificá-las como expressão de machismo e patriarcalismo, e defendeu o fortalecimento da participação feminina na vida pública. Também abordou operações da Polícia Federal que encontraram dinheiro em espécie na residência de investigados e sustentou a necessidade de aperfeiçoar a legislação para restringir a guarda de grandes quantias em dinheiro vivo por agentes públicos, como forma de prevenir corrupção e crimes eleitorais.

Messias Donato (UNIÃO - ES) - O Deputado afirmou que a tipificação do Primeiro Comando da Capital e do Comando Vermelho como organizações terroristas, adotada pelos Estados Unidos, reforçou a necessidade de o Brasil seguir o mesmo caminho. Além disso, criticou o Governo Federal por ter rejeitado emendas à proposta de reforma da segurança pública que buscavam essa classificação, alegando que facções aliciavam crianças e adolescentes, expandiam negócios ilícitos e praticavam crimes brutais. Por fim, cobrou a tipificação dessas células criminosas como terrorismo.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado fez apelo ao Prefeito Cláudio Ferretti para revogar taxa criada pela Prefeitura de Angra dos Reis (RJ), aprovada sem debate amplo e aplicada sobretudo em Abraão e Ilha Grande. Alegou que a cobrança reduziu a procura por hospedagem, fechou empresas, dispensou funcionários e agravou o desemprego, além de pedir atenção aos interesses do turismo local e ao povo da região.

ORDEM DO DIA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

Tabata Amaral (PSB - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado declarou apoio à proteção das mulheres e à rejeição da violência, mas condicionou o voto favorável ao requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado afirmou que textos religiosos devem ser lidos à luz de seu contexto histórico e criticou a interpretação literal da passagem atribuída a Paulo Apóstolo sobre submissão das mulheres, por reforçar visões patriarcais e machistas. Além disso, citou outra epístola para lembrar a igualdade de dignidade entre pessoas e reprovou declarações de Paulo Figueiredo sobre o voto feminino, consideradas absurdas. Por fim, defendeu o requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia.

Kim Kataguirí (MISSÃO - SP) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia. Criticou o apoio da Esquerda a medidas de proteção às mulheres, lembrando que houve voto contra o endurecimento de penas para estupradores e feminicidas.

Otoni de Paula (PSD - RJ) - O Deputado defendeu o requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia. Informou que, após diálogo entre a futura Relatora, Deputada Tabata Amaral, a Frente Parlamentar Evangélica, a Frente Parlamentar Católica e setores da Esquerda, foi incluído no texto a garantia da liberdade de consciência, de crença e do livre exercício dos cultos religiosos. Assim, retirou a preocupação anteriormente manifestada.

Gilberto Nascimento (PODE - SP) - O Deputado parabenizou a Deputada Tabata Amaral pelo trabalho no Projeto de Lei (PL) nº 896, de 2023, que dispõe sobre crimes praticados em razão de misoginia, mas afirmou que o tema era complexo e ainda carecia de maior esclarecimento e de relatório formal. Além disso, relatou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

dificuldade para consultar a bancada evangélica, que era numerosa e diversa, e informou que, naquele momento, a orientação da bancada evangélica seria não ao requerimento de urgência para apreciação do PL 896/2023. Por fim, defendeu aprofundamento do debate e ajustes no projeto, por considerar que a proposta atingia diretamente religiosos e pastores do País.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado agradeceu ao Presidente Lula pela sanção da Lei 15.448, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro, que criou estrutura de prevenção ao tromboembolismo venoso em hospitais públicos e privados do País. Além disso, parabenizou a Sociedade Brasileira de Trombose e Hemostasia, o dr. Cyrilo Cavalheiro Filho e a Senadora Roseana Sarney, ressaltando que a medida foi relevante para pacientes em tratamento de câncer. Por fim, orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia.

Augusto Coutinho (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado apoiou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei (PL) nº 896, de 2023, que dispõe sobre crimes praticados em razão de misoginia, e declarou confiança no trabalho da Deputada Tabata, que havia ouvido a bancada, acolhido reivindicações e incorporado sugestões ao texto. Além disso, reconheceu a sensibilidade e a dificuldade do tema, afirmou que seu voto seria favorável e indicou que a bancada teria liberdade para decidir, com expectativa de avanço e construção de um bom encaminhamento.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia.

Jandira Feghali (PCdoB - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia.

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada afirmou que a misoginia alimentou o feminicídio e integrou um ciclo de violências físicas, psicológicas, morais, patrimoniais e sexuais contra mulheres e crianças. Além disso, defendeu o requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia, sem exceções para autores em posições de autoridade, e criticou influenciadores que lucraram com discurso de ódio enquanto cresceram os índices de feminicídio e estupro no País. Por fim, destacou a mobilização do movimento Mulheres Vivas e cobrou atuação do Congresso Nacional.

Rodrigo Rollemberg (PSB - DF) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia.

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia.

Mauricio Marcon (PL - RS) - O Deputado criticou o Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia, o qual poderia criminalizar padres e pastores por citações bíblicas, além de punir falas sobre mulheres com pena elevada. Também afirmou que a pauta desviou a Câmara de temas como a renegociação das dívidas dos agricultores do Rio Grande do Sul e o aumento de pena para crimes sexuais. Ademais, acusou a Esquerda de atacar religião e família, contestou votos do PSOL e do PT em matéria penal e rejeitou apoio à proposta.

Kim Kataguiri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada afirmou que o Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia, buscou enfrentar a raiz do ódio e da aversão às mulheres, associando esse comportamento à violência psicológica, patrimonial e física. Além disso, destacou o relatório da Deputada Tabata Amaral e as audiências públicas como base para reforçar a proteção da vida das mulheres como prioridade estratégica. Por fim, sustentou que a proposta não tratou de liberdade de expressão, mas da criminalização da desumanização feminina, e defendeu a aprovação da urgência do PL.

Tabata Amaral (PSB - SP) - A Deputada afirmou que o Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia, foi amplamente debatido com partidos e sofreu alterações na Câmara, deixando de tratar de menosprezo ou ódio à mulher para definir crime apenas quando houver prática, indução ou incitação à violência contra mulheres. Além disso, explicou que a urgência permitiria apresentar relatório construído com sugestões de diferentes bancadas e pediu que o voto fosse dado com base no texto aprovado, e não em fake news ou em versão anterior do Senado.

Carol Dartora (PT - PR) - A Deputada declarou voto favorável ao requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

Afirmou que misoginia não se trata de opinião nem liberdade de expressão, mas discurso que matou mulheres no País. Além disso, apontou o Brasil no ranking de feminicídio e defendeu que a Câmara aprovasse a criminalização da misoginia como medida educativa e de proteção às mulheres.

Benedita da Silva (PT - RJ) - A Deputada manifestou apoio ao requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 896, de 2023, que altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para dispor sobre crimes praticados em razão de misoginia, ressaltando as articulações com as Lideranças para construir entendimento na Câmara. Além disso, pediu a aprovação da proposta que criminalizou a misoginia, argumentando que a medida protege a vida de mulheres, sobretudo negras, vítimas de violência extrema, como assassinatos, agressões e restrições à liberdade de estudar e trabalhar.

Geovania de Sá (REPUBLICANOS - SC) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 849, de 2025, que reduz a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, no Estado de Santa Catarina.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 849, de 2025, que reduz a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, no Estado de Santa Catarina.

Ismael (PL - SC) - O Deputado defendeu a aprovação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 849, de 2025, que reduz a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, no Estado de Santa Catarina.

Augusto Coutinho (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 849, de 2025, que reduz a área de proteção ambiental na Baleia Franca, no Estado de Santa Catarina.

Damião Feliciano (UNIÃO - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 849, de 2025, que reduz a área de proteção ambiental na Baleia Franca, no Estado de Santa Catarina.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 849, de 2025, que reduz a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, no Estado de Santa Catarina.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 849, de 2025, que reduz a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, no Estado de Santa Catarina.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei nº 849, de 2025, que reduz a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, no Estado de Santa Catarina.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 849, de 2025, que reduz a Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca, no Estado de Santa Catarina.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado abordou o tema das áreas de preservação ambiental, citando a Floresta da Cicuta, em Volta Redonda (RJ), e a Reserva Biológica do Tinguá, em Nova Iguaçu (RJ), como exemplos de iniciativas de regularização fundiária em curso no Rio de Janeiro. Afirmou que iniciativas conduzidas em parceria com o ICMBio buscaram ampliar áreas protegidas e promover a regularização de ocupações existentes, sem a retirada das famílias residentes. Ao relacionar o tema ao Projeto de lei nº 849, de 2025, em discussão, sobre a Reserva da Baleia Franca, em Santa Catarina, sustentou que o processo de regularização encontrava-se em andamento e defendeu a continuidade das medidas para garantir proteção ambiental e segurança às comunidades envolvidas. Por fim, informou que orientou voto contrário à proposta em discussão.

Julia Zanatta (PL - SC) - A Deputada se posicionou contra o Projeto de lei nº 8.996, de 2023, conhecido como PL da Misoginia, argumentando que o projeto cria um conceito amplo e subjetivo de misoginia, o que pode transformar opiniões, críticas e convicções religiosas em matéria penal, gerando insegurança jurídica e censura. Ressaltou que o ordenamento jurídico já dispõe de instrumentos para proteger as mulheres, como a Lei Maria da Penha e os crimes contra a honra. Além disso, criticou a Esquerda por defender o desencarceramento e por ter votado contra a redução da maioria penal e contra medidas que dificultam a progressão de regime para crimes hediondos, apontando contradição com o discurso de defesa das mulheres.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

Kim Kataguri (MISSÃO - SP) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 5.695, de 2023, que tipifica penalmente a alteração de fotos, vídeos e som com o uso de sistema de Inteligência Artificial para praticar violência contra a mulher.

Paulo Soares (PODE - SP) - O Deputado apresentou questão de ordem sobre a tramitação do Projeto de Lei nº 1.107, de 2023, aprovado conclusivamente pelas Comissões competentes, mas paralisado desde 22 de dezembro de 2025 por ausência de publicação do parecer na Coordenação de Comissões Permanentes (CCP). Argumentou que essa publicação é requisito indispensável para a abertura do prazo recursal e o prosseguimento do processo legislativo. Também alertou que subordinar deliberações das Comissões Permanentes à inércia administrativa contraria os princípios da eficiência, publicidade e regularidade do processo legislativo.

Silvio Costa Filho (REPUBLICANOS - PE) - O Deputado discursou ao retornar à Câmara após três anos à frente do Ministério de Portos e Aeroportos, agradeceu o apoio do Congresso Nacional durante a gestão e anunciou a assunção da Liderança da Maioria, a convite do Presidente Hugo Motta. Destacou a trajetória de seis mandatos eletivos e reafirmou o compromisso de ampliar o diálogo com a sociedade, a imprensa e as instituições dos três Poderes. Além disso, apontou a segurança pública como pauta prioritária para o segundo semestre, com ênfase no combate ao feminicídio, e manifestou apoio a projeto de autoria da Deputada Jandira Feghali que prevê a criação de um fundo de quase 5 bilhões de reais para o enfrentamento do problema no País.

Jadyel Alencar (REPUBLICANOS - PI) - O Deputado registrou a presença de conterrâneos piauienses presentes na sessão, entre autoridades, lideranças partidárias e representantes do Republicanos no Piauí, partido que, segundo registrou, trabalha para ampliar sua representação no Congresso Nacional.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de lei nº 3.268, de 2026, que altera as Leis nº 13.643, de 3 de abril de 2018, e nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para dispor sobre o exercício das atividades de estética e cosmetologia, assegurar condições adequadas de atuação profissional e coibir restrições indevidas ao exercício da profissão.

Geovania de Sá (REPUBLICANOS - SC) - A Deputada parabenizou a Deputada Soraya Santos pela condução do relatório sobre a regulamentação dos profissionais de estética, destacando o trabalho de escuta realizado nas cinco regiões do País. Reafirmou que estética é saúde e, por conseguinte, merece valorização profissional.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

Além disso, agradeceu à Comissão de Trabalho e à subcomissão envolvidas e manifestou expectativa pela votação do mérito da proposição no Plenário.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.339, de 2026, que abre crédito extraordinário em favor do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, no valor de R\$ 266.512.000,00, para os fins que especifica.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu a Medida Provisória nº 1.345, de 2026, que altera a Lei nº 9.818, de 23 de agosto de 1999, e a Lei nº 12.712, de 30 de agosto de 2012, para fortalecer e modernizar o sistema brasileiro de apoio oficial ao crédito à exportação. Além disso, criticou articulações do Senador Flávio Bolsonaro, que considerou contrárias aos interesses do Brasil, bem como a aquisição de uma mansão em Brasília, avaliada em R\$ 14,5 milhões e questionou a origem dos recursos utilizados pelo Deputado cassado Eduardo Bolsonaro em hospedagens de luxo nos Estados Unidos.

Aluisio Mendes (REPUBLICANOS - MA) - O Deputado agradeceu aos colegas da Comissão Especial e do Plenário pela aprovação da Medida Provisória 1.348, de 2026, em discussão, e destacou os benefícios da medida para as polícias da União — Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Polícia Penal Federal. Ressaltou que a aprovação representa avanço na atenção à saúde dos servidores e de seus familiares, reconhecendo o desgaste inerente à atividade policial.

Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de lei nº 2.143, de 2025, que altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997 (Lei de Proteção de Cultivares), para aumentar o prazo de vigência do direito de proteção de novas cultivares, e dá outras providências.

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de lei nº 2.143, de 2025, que altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997 (Lei de Proteção de Cultivares), para aumentar o prazo de vigência do direito de proteção de novas cultivares, e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de lei nº 2.143, de 2025, que altera a Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997 (Lei de Proteção de Cultivares), para aumentar o prazo de vigência do direito de proteção de novas cultivares, e dá outras providências.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada celebrou a aprovação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 896, de 2023, que criminaliza a misoginia, sustentando que a medida fortalece a democracia, os direitos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

humanos e a participação das mulheres na vida pública. Argumentou que a misoginia se manifesta pelo descrédito, pelo silenciamento e pela violência política de gênero. Além disso, destacou o início do "Julho das Pretas", alertando para a sobreposição entre racismo e misoginia e defendendo políticas públicas voltadas à proteção, à igualdade de oportunidades e à participação plena das mulheres negras. Por fim, conclamou a sociedade a defender a democracia e defendeu a preservação das cotas para mulheres no processo eleitoral.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada celebrou a aprovação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 896, de 2023, que criminaliza a misoginia, defendendo a aprovação da proposta e sustentando que discursos misóginos fomentam a violência contra as mulheres. Ademais, criticou adversários políticos por minimizarem a gravidade da misoginia, associando-os à desvalorização do voto feminino e à disseminação de discursos de ódio. Além disso, recriminou o envolvimento da Oposição em irregularidades relacionadas ao Banco Master e elogiou o Governo Lula pelo combate à corrupção. Por fim, censurou os que votaram contra a proibição do uso de celulares nas escolas, citando dados que indicam melhora da participação, da concentração, da socialização e redução de episódios de *cyberbullying*.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada criticou a decisão judicial que determinou a prisão de pais adeptos do *homeschooling*, sustentando que a medida configurou abuso de poder e violência institucional. Argumentou que compete ao Parlamento decidir sobre a regulamentação do ensino domiciliar e defendeu que o Estado intervenha apenas em casos de omissão dos pais, e não em suas escolhas educacionais. Além disso, alertou para os impactos da prisão sobre a família e para a ausência de amparo legal da decisão. Por fim, conclamou o Parlamento a repudiar a decisão judicial e adotar providências em defesa das famílias.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado contestou as acusações contra a Direita sobre irregularidades relacionadas ao Banco Master, afirmando que os indícios de envolvimento recaem sobre integrantes do Partido dos Trabalhadores (PT), particularmente sobre o Senador Jaques Wagner. Além disso, criticou a corrupção de políticos do PT, destacando a prisão de um Vereador petista de São Paulo (SP). Por fim, condenou o PT por adotar discurso moralista incompatível com a conduta de seus integrantes.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado destacou a destinação de recursos de suas emendas parlamentares para a aquisição de veículos destinados ao tratamento fora de domicílio — TFD, ao transporte escolar, à saúde bucal e à segurança pública, bem como para o fortalecimento da saúde em Municípios do sertão baiano. Além disso, celebrou a entrega, pelo Governo Lula, do hospital regional de Ribeira do Pombal (BA), construído com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento — PAC, e destacou a inauguração, em parceria com os Prefeitos da região, de unidade básica de saúde — UBS e de unidade de pronto atendimento



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

— UPA. Por fim, elogiou o Governo Lula pelos investimentos em obras estruturantes em todo o Brasil, ressaltando a Ponte que liga Salvador (BA) a Itaparica (BA) e a reconstrução do Teatro Castro Alves.

Arnaldo Jardim (CIDADANIA - SP) - O Deputado elogiou a aprovação consensual de propostas legislativas voltadas ao fortalecimento do agronegócio, da transição energética e da infraestrutura, destacando seu parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.143, de 2025, que aumenta o prazo de vigência do direito de proteção de novas cultivares, e a aprovação do Projeto de Lei nº 699, de 2023, que institui o Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química — Profert. Além disso, celebrou o anúncio do decreto regulamentador do marco regulatório do hidrogênio de baixo carbono, a aprovação do Projeto de Lei nº 2.780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos — PNMCE, e apelou ao Senado Federal pela apreciação do Projeto de Lei nº 2.892, de 2021, que aperfeiçoa a legislação sobre parcerias público-privadas (PPPs) e concessões. Por fim, comemorou a inauguração de uma planta destinada ao tratamento de resíduos sólidos e à produção de biofertilizantes na Universidade de São Paulo (USP) e defendeu a valorização da ciência.

Ricardo Maia (MDB - BA) - O Deputado destacou a destinação de recursos de suas emendas parlamentares para a aquisição de veículo destinado ao tratamento fora de domicílio — TFD para o Município de Macururé (BA). Além disso, elogiou a gestão do Prefeito Bergue, ressaltando as dificuldades enfrentadas pelo Município em razão da distância da capital e da reduzida participação no Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Por fim, defendeu a parceria entre Prefeitos e Parlamentares como instrumento para beneficiar a população.

Sargento Fahur (PL - PR) - O Deputado defendeu a atuação das Polícias Militares, criticando Parlamentares da Esquerda por generalizarem episódios isolados para desqualificar as corporações. Além disso, contestou denúncia de agressão atribuída a policiais militares de São Paulo, afirmando que as imagens das câmeras corporais contradizem as acusações. Por fim, alertou para falsas acusações contra agentes de segurança pública e defendeu maior cautela na apuração de denúncias antes do afastamento de policiais.

Soraya Santos (PL - RJ) - A Deputada elogiou a iniciativa da Presidência da Câmara dos Deputados de promover caravanas pelo País para aproximar o Parlamento da população, destacando evento realizado no Rio de Janeiro (RJ) para debater o Projeto de Lei Complementar nº 108, de 2021, que busca ampliar o limite de receita bruta anual do Microempreendedor Individual (MEI) e permitir a contratação de até dois empregados. Além disso, enalteceu o trabalho dos servidores da Câmara dos Deputados e ressaltou a importância da atuação conjunta entre Parlamentares e servidores da Casa. Por fim, defendeu a política como instrumento de transformação social.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado celebrou a entrega de 50 veículos novos ao Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins — DSEI-TO, destacando que a medida fortalecerá a estrutura das equipes de saúde e ampliará o atendimento aos povos indígenas do Estado. Além disso, enalteceu a atuação de Magayve, coordenador do DSEI-TO, e de Helena, primeira mulher indígena motorista do Distrito, ressaltando o protagonismo das mulheres indígenas na execução das políticas públicas de saúde. Por fim, reafirmou seu compromisso com o fortalecimento da saúde indígena e com a ampliação dos investimentos destinados aos povos originários do Tocantins.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou o Projeto de Lei do Congresso Nacional (PLN) nº 2, de 2026, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e a execução da Lei Orçamentária de 2027, por classificar o descumprimento da Regra de Ouro como risco fiscal sem informar a margem entre operações de crédito e despesas de capital. Além disso, sustentou que a falta desses dados impede o Congresso Nacional de avaliar a gravidade do risco e compromete sua função fiscalizadora. Por fim, alertou que eventual violação da Regra de Ouro poderá afetar serviços públicos essenciais e informou a apresentação de requerimento de informação ao Ministério da Fazenda para obter dados e simulações sobre diferentes cenários de arrecadação.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou a aprovação, na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), de parecer de sua relatoria favorável ao Projeto de Lei nº 4.044, de 2025, que institui o Marco Legal de Combate ao Mercado Ilegal de Jogos e Apostas, e ao Projeto de Lei nº 6.066, de 2025, que tipifica a exploração ilegal de apostas físicas e virtuais e dispõe sobre a manipulação fraudulenta de eventos esportivos, destacando a apresentação de substitutivo que unifica ambas as proposições. Além disso, destacou que o substitutivo atribui competências fiscalizatórias a instituições financeiras e órgãos públicos, prevendo o bloqueio de sites de operadores ilegais. Por fim, informou a apresentação de requerimento de urgência para a tramitação da proposição.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado celebrou pesquisa AtlasIntel/Bloomberg que aponta a liderança do Presidente Lula na disputa presidencial, atribuindo o resultado à consolidação do apoio ao Governo Federal e às políticas públicas implementadas. Além disso, sustentou que a vantagem do Presidente decorre do fortalecimento de programas sociais, da recuperação econômica e da ampliação de investimentos na educação e na indústria nacional, defendendo a continuidade dessas ações. Por fim, conclamou o Congresso Nacional, os partidos aliados e a sociedade a preservar a estabilidade democrática e apoiar a permanência do Governo Lula.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 131.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 01/07/2026

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado criticou a Nota Cosit/Sutri/RFB nº 141, de 2026, da Receita Federal, por reduzir o alcance da alíquota zero de PIS e Cofins nas operações destinadas à Zona Franca de Manaus — ZFM, sustentando que a medida compromete a competitividade do Polo Industrial de Manaus (AM) e contraria a proteção constitucional conferida ao modelo. Além disso, defendeu a revisão imediata do ato, informou que acionará a bancada do Amazonas para atuação conjunta e levará o tema ao debate da regulamentação da Reforma Tributária. Por fim, reafirmou o compromisso de combater medidas que ameacem a ZFM.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade ao povo venezuelano em razão dos terremotos que atingiram o País, prestando condolências às famílias das vítimas e destacando a crise humanitária decorrente da tragédia. Além disso, enalteceu a atuação de bombeiros, profissionais de saúde, voluntários e equipes de resgate, ressaltando a importância da solidariedade entre os povos. Por fim, defendeu o fortalecimento de medidas de prevenção, infraestrutura, preparação para desastres e cooperação internacional para a proteção de vidas.

ENCERRAMENTO